CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 729/73

INTERESSADO: Associação pedagógica "Rudolf Steiner" Escola Higienópolis

ASSUNTO: Art. 34 da Lei 5332/71

RELATORA: Cons^a Maria de Laurdes Mariotto Haidar

PARECER CEE N° 277/79, CFG, Aprovado em 14/03/79

I - RELATÓRIO

HISTÓRICO:

A associação Pedagógica "Rudolf Steiner" entidade civil, com fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública federal e estadual, respectivamente, pelos Decretos n°s 82.565 e 3.401, mantenedora de Escola Higienópolis, com sede em São Paulo, à Rua Job Lane n° 900, expõe e requer o seguinte:

1. A Requerente mantém, em São Paulo, há mais de 20 anos, a Escola Higienópolis, única Instituição educacional brasileira que aplica a "Pedagogia Waldorf", inspirada nas -ideias do filósofo Rudolf Steiner, que as pôs em prática em 1919, na Alemanha.

2. A. "Pedagogia Waldorf" e aplicada atualmente por mais de 150 Escolas disseminadas por todo o mundo, tanto que é reconhecida e aceita por países como Alemanha, Suíça, Holanda, Inglaterra, França, Itália, Suécia, Finlândia, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Uruguai etc.

3. No Brasil, o curso de 2° grau foi autorizado pela Portaria Civil de 6/1/75, publicada no diário Oficial do Estado de São Paulo, em 7/1/75. O Curso de 1° grau, por sua vez, vem sendo reconhecida como equivalente ao oficial em sucessivas apreciações, seja pelo Ministério da Educação-Delegacia de São Paulo, seja pelo Conselho Estadual de Educação e pela Divisão Regional de Ensino da Capital - DREGAP - III.

4. Apesar de cumprir as disposições da legislação educacional, o ensino, de 1° grau da Escola Higienópolis apresenta alguns aspectos que caracterizam experiências pedagógicas, permitindo pelo art. 34 da Lei 5.692/71. São as seguintes os aspectos que divergem do regime estipulado na Lei: A) A duração do Curso de 1° grau é de 8 anos, que, somados aos 3 anos de 2° grau, compõem o curso básico total de 12 anos;

B) O Boletim em termos qualitativos dá uma caracterização do desenvolvimento do aluno, não sendo, portanto, um Instrumento de comparação, mas uma avaliação individual, baseada na maturidade geral de cada um;

No caso de um aluno vir transferido de outra Escola e, com base na sua escolaridade, ter que cursar uma classe inferior aquela que corresponde à sua faixa etária - em consequência de doença, viagens ou outros motivos - poderá, não obstante, cursar a série correspondente à sua idade desde que, a critério do Conselho Pedagógico dos professores, sua matrícula se justifique pelos seus conhecimentos, capacidade e por seu desenvolvimento mental geral.

Os primeiros oito anos do curso de 1º grau possuem um "Professor de Classe", que é o professor principal da classe a seu responsável perante a comunidade escolar e que acompanha a classe da 1ª à 8ª série.

Esses vários aspectos foram consignados no Capítulo único, Título X, do Regimento Escolar, mediante as seguintes disposições:

1) A 1ª série do primeiro grau é equiparada ao pré-primário oficial, de modo que as demais séries da 2ª à 9ª correspondem, respectivamente, às séries oficiais da 1ª à 8ª.

O "Professor de Classe", nas séries 3ª, 7ª, 8ª da Escola, correspondentes às séries 5ª, 6ª e 7ª do currículo oficial, é assessorado por professores devidamente habilitados ou autorizados, nas disciplinas para as quais ele próprio não seja habilitado (Inciso II do art. 79 do Regimento Escolar).

Para efeitos de transferência e em outros casos em que se fizer necessário, a Escola fornecerá, além do Boletim qualitativo que expressa aspectos do progresso individual, um Histórico Escolar em termos quantitativos e comparáveis com os do sistema de avaliação oficial, mostrando o aproveitamento objetivo em cada disciplina, área de estudo ou atividade.

Além do que foi exposto, a "Pedagogia Waldorf", aplicada pela Escola Higienópolis, prevê ainda algumas outras práticas, com o consenso de toda a comunidade escolar, tais como:

Todos os assuntos pedagógicos ou a eles relacionados estão a cargo do Conselho Pedagógico dos Professores, que se reúne duas vezes por semana e do qual participam o Diretor Escolar, os encarregados da orientação pedagógica e educacional e todos os professores, cabendo a entidade mantenedora apenas os aspectos legais e financeiros;

Atendimento dos vários aspectos únicos da criança através de uma ênfase especial dada as atividades artísticas de trabalhos manuais, seu prejuízo do numero mínimo de aulas previstas eu Lei para quaisquer outras disciplinas;

c) Seminário preparatório, com a duração de um ano, com 5 aulas diárias, 4 dias por semana, para os candidatos ao cargo de professor.

APRECIACÃO

A "Pedagogia Waldorf", em que se inspira a Escola Higienópolis, foi inaugurada por Rudolf Steiner, filósofo alemão de renome internacional, autor de doze obras de Filosofia, Educação e Religião, traduzidas para as principais línguas do mundo ocidental (Inglês, Francês, Italiano, Espanhol, Português etc).

A Encyclopaedia Britannica, vol. 21, pág. 374, edição do 1953, diz, entre outras coisas, a seu respeito: "Steiner now developed his own teaching in a series of writings. He called this "Anthroposophy", i.e., wisdom of humanity: mankind is regarded as the centre of ali perceptions of this "spiritual science", and an attempt is made to deduce the nature of the world from the nature of humanity. In 1913 the Anthroposofical Society was formed to further spiritual research on Steiner's principies. In order do try his educational and political views in practice, Steiner founded the Waldorf School, near Stuttgart, and the "Free High School Por Spiritual Science" known as the "Goetheanum" at Dornach, near Basle".

Também a Enciclopédia Filosófica, editada em 1957 pelo Istituto Per La Collaborazione Culturale, Venesia-Roma,

Itália, Vol. IV, esclarece:"studioso di Goethe, collabore all edisione delie sue opere. Entrato poi nel Movimento Teosofico, ne fu Secretario per la Sesiono Tedesca, na ne se distaccò

nel 1913, fondando um próprio movimento, L' Antroposofia, la cui sede pose a Dornach nel Goetheanum appositamente costruito. L' Antroposofia non differisce dalla concezione teosofica preesistente, se non per lo sviluppo dato alla dottrina intorno alia natura e al destino dell'uomo".

Estas duas citações convencem-nos de que se trata de uma doutrina apolítica, supranacional, universal, tanto que serve de fundamento e inspiração a cento e cinquenta escolas existentes nos mais diversos países do mundo, abrangendo pelo menos quatro continentes: Europa, America, África, e Austrália.

Pode-se, evidentemente, discordar das ideias de Steiner, no todo ou em parte, mas não se pode negar que se trata de uma teoria séria voltada para a educação e o aperfeiçoamento do homem.

Dizemos isso, a título introdutório, para distinguir o presente pedido de outras solicitações formuladas a este Conselho com base no art. 64 da Lei 5692/71 e rejeitadas porque destituídas de qualquer embasamento teórico e tendentes a conseguir facilidades ou objetivos duvidosos.

Trata-se, pois, de submeter ao crivo da experiência uma prática educativa inspirada numa doutrina. Nem se diga que o fato de ter sido testada em outros países dispensaria a sua experiência no Brasil, porque, em tese, o que funciona numa cultura pode não funcionar em outra. A repetição de uma pesquisa feita em um país em outro contexto os cientistas chamam de validação cruzada.

Examinemos as peculiaridades da escola. A duração do 1º grau ao longo de nove anos não infringe a Lei. Pelo contrário, é medida altamente recomendável, pois, em última análise, engloba um ano de pré-escola.

O boletim qualitativo do aluno afeiçoa-se ao espírito do § 1º do art. 14 da Lei 5692/71, que reza: "Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida". A "Pedagogia Waldor" procura acompanhar o desenvolvimento da criança tomando como referência principal suas potencialidades e aptidões. O aluno é comparado consigo mesmo ao longo do tempo. Não aplica provas padronizadas mas, ao ensinar a livre manifestação do espírito criador do educando, julga-o como indivíduo único e original. E por isso que o boletim - por ser uma análise fenomeno

lógica do aluno não é expresso numericamente: consiste num relatório pormenorizado do estudante sob múltiplos aspectos social, emocional, artístico, religioso, cognitivo, psicomotor.

A ênfase que a Escola empresta às atividades artísticas, aos trabalhos manuais e à educação religiosa só pode merecer encômios.

Resta examinar o problema do "Professor de Classe", que a Lei permite até a 4ª série e que a Escola faz com que prossiga até a 7ª série do currículo oficial (8ª série da escolaridade Waldorf).

Cumprе salientar que, além das aulas ministradas pelo Professor de Classe, as crianças recebem formação em Inglês, Alemão, Música, Trabalhos Manuais, Jardinagem, Educação Física e Religião, cada uma dessas disciplinas ou atividades ensinada por um professor especializado ou habilitado, no caso de ser exigida habilitação pela Lei. Ademais, o "Professor de Classe" é assessorado por professores devidamente habilitados, conforme dispõe o Inciso II, do Artigo 79 do Regimento Escolar.

Parece relevante testar a hipótese de que o acompanhamento do aluno até a 7ª série pode apresentar vantagens no que diz respeito à integração dos estudos e ao relacionamento com o professor. O Mestre-Escola que segue o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança durante oito anos está em melhores condições de julgá-lo e de auxiliá-lo na solução de seus problemas.

Note-se que o "Professor de Classe" não é um jovem recém-formado, inexperiente, que, munido de um certificado ou de um diploma, vai aprender a ensinar à custa de tentativas e erros, comprometendo muitas vezes a personalidade da criança submetida a seus cuidados.

O "Professor de Classe" na Escola Higienópolis é pessoa amadurecida, que ensina porque gosta de educar e de conviver com crianças e que trabalha em regime de dedicação exclusiva.

A objeção legal, obviamente, é a de que, se o Professor de Classe*é habilitado para lecionar "Comunicação e Expressão", não poderia ensinar Matemática, Ciências e Estudos Sociais.

É essa, a rigor, a única diferença entre o regime da Escola Higienópolis e o regime da Lei 5692/71. E a isso se reduz o pedido de autorização, porque, quanto ao resto, não se configura infração legal.

Como observou o nobre Conselheiro Paulo Nathanael pereira de Souza, em seu voto proferido no Processo CEE 396/77, "para que haja experiências pedagógicas, conforme prevê o art. 64-, é preciso que os projetos guardem respeito aos objetivos visados pela educação nacional, todos eles expressos logo no art. 1º da Lei, visto que a experimentação diz respeito aos meios e não aos fins da educação."

Perfilhando a mesma orientação, em declaração de voto exarada no mesmo processo, o nobre Cons. Renato Alberto Teodoro Di Dio observa: "O que pode ser contrariado é o conteúdo instrumental da lei educativa. Em outras palavras, atingiu o cerne da questão o eminente Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza quando lembrou que a experiência pedagógica pode optar por meios outros que não os previstos na Lei, mas deve respeitar os fins da Educação".

Que diz o art. 1º da Lei 5692/71? Estabelece que "o Ensino de 1º e 2º Graus tem por objetivo proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para a cidadania".

Nada que conste do pedido da Escola Higienópolis contraria os fins da educação brasileira. Muito pelo contrário, nota-se um esforço de testar meios que melhor colimem tais objetivos.

Como se atingirão os escopos da educação brasileira é questão que diz respeito ao regime. Esclarece no aludido pronunciamento o Consº Di Dio: "Regime significa modo de reger, maneira de administrar, forma de governo, sistema. Regime é o sistema ou a estrutura pela qual se pretende alcançar determinados fins. Cada regime, para ser coerente, inspira-se numa doutrina ou numa teoria. Presumivelmente, a Lei 5692/71 adotou um regime baseado em um conjunto de pressupostos doutrinários, os quais - regime e pressupostos - são os meios que escolheu o legislador para alcançar seu escopo".

Na hipótese destes autos, o que a Escola Higienópolis propõe enquadra-se na categoria de "experiência pedagógica" porque não se desvia dos fins da educação nacional, mas

apenas do regime da Lei.

A Requerente, ademais, preenche os requisitos que a orientação dos Conselhos Federal e Estadual de Educação têm exigido quando se formula um pedido com fundamento no art. 64 da Lei 5692/71: idoneidade e tradição. Trata-se de Instituição que há mais de vinte anos vem prestando valiosa colaboração no esforço comum da educação paulistana e, além disso, conta com corpo administrativo e docente contra os quais, nesse período, jamais foi levantada qualquer queixa ou dúvida.

II-CONCLUSÃO

A vista do exposto, votamos nos termos do art. 64 da Lei 5692/71, pela aprovação, em caráter probatório, pelo prazo de nove anos, a contar de 1979, do pedido formulado pela Associação Pedagógica "Rudolf Steiner," mantenedora da Escola Higienópolis, nos termos deste parecer.

A Secretaria da Educação, por seus órgãos próprios, acompanhará a experiência, encaminhando a este Conselho, após análise e apreciação, relatórios anuais da Escola.

São Paulo, 31 de Janeiro de 1979

a) Cons^a. Maria de Lourdes Mariotto Haidar - Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do primeiro Grau adota como seu parecer o Voto da Relatora.

Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Gerson Munhoz dos Santos e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 31 de janeiro de 1979.

a) Cons^o José Conceição Paixão Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

O Conselheiro Alpínolo Lopes Casali foi voto vencido, nos termos de sua Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de março de 1979

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES

Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

Cons. Alpínolo Lopes Casali

1. Os estabelecimentos de ensino de 19 e 29 graus funcionam sob regime, organizado segundo normas legais (Leis nº 4.024 e 5.692, e 1961 e 1971) e normas regimentais escritas pelas Escolas, embora aprovadas pelo órgão próprio do respectivo sistema de ensino.

Não obstante, aquelas normas legais asseguram às escolas, respeitados os fins da Educação Nacional, autonomia no tocante ao trabalho psicopedagógico, considerado teórica e praticamente. Vale dizer, autonomia quanto aos recursos metodológicos para a orientação da aprendizagem de seus educandos, à luz dos objetivos e fins propostos pela lei e dos colimados pela escola.

Como são dinâmicas as influências científicas e sociais sobre o processo educativo, de modo especial neste imprevisível fim de século, ou como frisava Anísio Teixeira, "válido em educação é o resultado concreto e real dos estudos, e não o formalismo de sua prática". A Lei nº 5.692, de 1971, preservou o artigo 20 da Lei nº 4.024, de 1961.

Embora, destoante da Lei nº 5.692, de 1971, o caput do artigo, que deve ter sensibilizado o legislador, seriam as suas alíneas, a despeito de reproduzirem o óbvio.

"Art.20 - Na organização do ensino primário e médio, a lei federal ou estadual atenderá:

- a) à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de grupos sociais;
- b) ao estímulo de experiências pedagógicas com o fim de aperfeiçoar os processos educativos".

2. Nem sempre serão possíveis experiências pedagógicas, "stricto sensu", no regime organizado, conforme as normas legais das Leis nºs 4.024, de 1961, e 5.692, de 1971.

A Lei nº 5.692 torna-as, porém, possíveis.

"Art. 64 - Os Conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente lei, assegurando a validade dos estudos assim realizados".

3. Acolhemos o Parecer em tela apenas como manifestação de reconhecimento de aspectos positivos do modelo didático-pedagógico adotado pela Escola Higienópolis para o seu 1º Grau.

Deixamos, contudo, de aceitá-lo, enquanto ato que lhe defere o status de escola experimental, fundado no artigo 64 da Lei nº 5.692, de 1971.

Não divisamos, após a leitura do Parecer, preciso, claro, elucidativo, qualquer hipótese psicopedagogia, simplesmente pedagógica ou ainda didática, ou mesmo de estrutura organizacional interna, correspondente a uma experiência, em sentido estrito. E é a esta que se refere o artigo 64.

4. A pretensão da Escola poderá ser atendida, mediante normas regimentais.

Se, no órgão próprio da Secretaria da Educação, incumbido o exame do regimento, encontrou, porventura, dificuldades para a sua aprovação, a Escola deveria ter exercido o seu direito de ir, por meio de representação, ao Titular da Pasta, ou ao Conselho Estadual de Educação.

São Paulo, 14 de março de 1979.

a) Cons. ALPÍNOLO LOPES CASALI